

“GÊNERO DO AUDITOR E A DIVULGAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE
AUDITORIA EM NÍVEL DE ENTIDADE E DE CONTA”¹

“AUDITOR GENDER AND DISCLOSURE OF ACCOUNT-LEVEL AND ENTITY-LEVEL KEY
AUDIT MATTERS”

Lorena Costa de Oliveira Araujo

Doutora em Administração (UFC)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
prof.lorena.costa.ufc@gmail.com

Aline Sales de Melo

Graduada em Ciências Contábeis (UFC)
Universidade Federal do Ceará (UFC)
s.aline95@yahoo.com.br

Márcia Martins Mendes de Luca

Doutora em Ciências Contábeis (USP)
Universidade Federal do Ceará (UFC)
marciammdeluca@gmail.com

RESUMO

Objetivo: Este estudo analisa a relação entre o gênero do auditor e a divulgação dos principais assuntos de auditoria (PAAs) em nível de entidade e de conta.

Fundamento: Postula-se que as variações comportamentais entre auditores do gênero masculino e feminino, na aversão ao risco, nível de confiança, conservadorismo, nível de ética, capacidade de processamento e complexidade podem ter implicações significativas no relatório de auditoria. Desarte, espera-se que o gênero feminino do auditor influencie positivamente a divulgação dos PAAs em nível de entidade e de conta.

Método: Utilizou-se dados de 316 empresas listadas na B3, referente ao período de 2016 a 2022, analisados por meio de estatística descritiva, teste de diferença entre médias, correlação e regressão linear múltipla de dados em painel.

Resultados: O resultado fornece indícios de que as distintas características relacionadas ao gênero do auditor, como aversão a riscos, conservadorismo, nível de ética e diferenças no processamento de informações, influenciam a divulgação dos PAAs em nível de conta, confirmando a hipótese de que o gênero feminino do auditor influencia positivamente a divulgação dos PAAs em nível de conta. Entretanto, não influencia a divulgação dos PAAs em nível de entidade, que, por se tratar de

¹ Artigo recebido em: 03/01/2024. Revisado por pares em: 02/05/2024. Reformulado em: 24/09/2024. Recomendado para publicação: 10/03/2025 por Cláudio Marcelo Edwards Barros (Editor Adjunto). Publicado em: 04/11/2025. Organização responsável pelo periódico: UFPB

divulgação de riscos de distorção relevante, são analisados pelo auditor por meio de questionários-padrão e definições normativas.

Contribuições: O estudo contribui para a literatura e fornece às empresas de auditoria e aos órgãos reguladores novos insights sobre a influência do gênero do auditor na divulgação dos PAAs. Além disso, os resultados têm uma implicação prática para as firmas de auditoria, ao demonstrar as características das auditoras e seus efeitos no relatório de auditoria.

Palavras-chave: Principais Assuntos de Auditoria. Auditor. Gênero.

ABSTRACT

Objective: To evaluate the association between auditor gender and the disclosure of account-level and entity-level key audit matters (KAMs).

Background: It is postulated that behavioral variations between male and female auditors, in risk aversion, level of confidence, conservatism, level of ethics, processing capacity and complexity may have significant implications on the audit report. Therefore, the auditor's female gender is expected to positively influence the disclosure of KAMs at entity and account levels.

Method: Data from 316 companies traded on B3 were used, covering the period from 2016 to 2022, and were analyzed using descriptive statistics, correlation tests and multiple linear regression of panel data.

Results: The results strongly suggest that differences between the gender with regard to risk aversion, conservatism, ethical conduct and information processing are reflected in the disclosure of account-level KAMs, confirming the hypothesis that the female gender of the auditor positively influences the disclosure of KAM's at account level. However, these differences were not reflected in the disclosure of entity-level KAMs, which can involve disclosure of relevant risks of material misstatement, requiring standardized questionnaires and regulatory definitions to be used in the auditor analysis.

Contributions: The study contributes to the literature and provides audit firms and regulatory bodies with important new insights on the influence of auditor gender on KAM disclosure. Furthermore, the results have a practical implication for audit firms, by demonstrating the characteristics of female auditors and their effects on the audit report.

Keywords: Key Audit Matters. Auditor. Gender.

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de aumentar a qualidade informacional do relatório do auditor independente, a transparência e o entendimento dos usuários acerca da situação econômica e financeira das empresas auditadas, o Conselho Federal de Contabilidade, em 2016, realizou mudanças significativas no relatório dos auditores, por meio da instituição da NBC TA 701 (Conselho Federal de Contabilidade [CFC], 2016), acrescentando uma seção sobre os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs), que tem o propósito de divulgar os assuntos mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis.

Os PAAs referem-se às áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou de riscos significativos identificados, julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive estimativas contábeis identificadas que apresentam alta incerteza de estimativa e efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativas ocorridas durante a auditoria (CFC, 2016). Ressalta-se que, de acordo com o tipo de risco divulgado, os PAAs são classificados em PAAs em nível de entidade e PAAs em nível de conta (Sierra-García *et al.*, 2019). O primeiro grupo refere-

se aos riscos associados ao ambiente da empresa, relacionados em geral aos controles internos, normas e regulamentos, tecnologia da informação, continuidade operacional, dentre vários. O segundo diz respeito aos riscos associados a grupos específicos de contas das demonstrações financeiras, como receita, estoques, imobilizado e intangível (Sierra-García *et al.*, 2019).

A literatura especializada estabelece que o julgamento dos PAAs pode ser influenciado por diversos fatores, referentes às características da empresa e do auditor (Ferreira & Morais, 2019; Pinto & Morais, 2019; Sierra-García *et al.*, 2019). Nesse contexto, um dos construtos que vêm ganhando destaque na literatura é o gênero do auditor. Isso é apoiado por uma vertente da literatura que muda o foco do nível da firma de auditoria para o nível do auditor, haja vista que as características individuais do auditor influenciam o julgamento profissional dos próprios atores (Jermakowicz *et al.*, 2018).

Estudos relacionados ao gênero na contabilidade e na auditoria sugerem que as mulheres tendem a ser avessas ao risco (Hardies *et al.*, 2013), menos confiantes (Lee *et al.*, 2019), e agem de forma mais ética. Hardies *et al.*, (2016) ressaltam que as auditoras realizam auditorias de mais qualidade, e, conseqüentemente, geram resultados mais assertivos. Nesse sentido, Velte (2018) afirma que o gênero feminino na auditoria tem um impacto positivo na tomada de decisão, diminuindo o conflito das partes interessadas e contribuindo para maior precisão da contabilidade e da auditoria externa. Em contraponto, a literatura aponta que os homens tendem a assumir maiores riscos, são mais confiantes (Hardies *et al.*, 2013), e têm uma precisão maior em tarefas de menor complexidade (Chung & Monroe, 2001). Apesar das evidências desses trabalhos, existe uma vertente de estudos que identifica não haver diferenças comportamentais entre os gêneros e a informação contábil (Zalata *et al.*, 2019).

Dessa forma, apesar das evidências inconsistentes sobre o tema, a pesquisa existente sobre diferenças comportamentais de gênero parece inclinada a favor das implicações positivas da diversidade de gênero para a auditoria e para a qualidade dos relatórios financeiros (Zalata *et al.*, 2019). Neste estudo, postula-se que as variações comportamentais entre auditoras e auditores na aversão ao risco, nível de confiança, conservadorismo (Hardies *et al.*, 2013; Lee *et al.*, 2019), nível de ética, capacidade de processamento e complexidade do trabalho realizado (Chung & Monroe, 2001) podem ter implicações significativas para o relatório de auditoria. Destarte, espera-se que o gênero feminino do auditor influencie positivamente a divulgação de PAAs em nível de entidade e conta.

Diante do exposto, a presente pesquisa objetiva analisar a relação entre o gênero do auditor e a divulgação dos PAAs em nível de entidade e em nível de conta. Ademais, buscou-se analisar possíveis diferenças na divulgação dos PAAs em nível de entidade e em nível de conta por gênero do auditor.

A pesquisa, caracterizada como descritiva, quantitativa e documental, analisa 316 empresas listadas na B3 S. A. – Brasil, Bolsa, Balcão nos anos 2016 a 2022. As variáveis utilizadas no estudo foram estabelecidas com base na literatura anterior sobre o tema e os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, testes de diferença entre médias, correlação e regressão linear múltipla de dados em painel.

Destaca-se a relevância deste estudo pelo número reduzido de estudos no Brasil que investigaram a relação entre a diversidade de gênero e a divulgação de PAAs. Os trabalhos realizados sobre o assunto analisam a relação direta entre o gênero e a divulgação dos PAAs (Abdelfattah *et al.*, 2020) e a diversidade de gênero no comitê de auditoria e a divulgação dos PAAs (Colares *et al.*, 2020; Guedes *et al.*, 2021; Velte, 2018). Assim, nenhum estudo atual no Brasil reflete a relação entre o gênero e a divulgação dos PAAs segregados em nível de entidade e em nível de conta, o que traz um ineditismo ao trabalho. Diante disso, a presente pesquisa busca preencher essa lacuna sobre a temática, contribuindo para enriquecer a literatura de diversidade de gênero e divulgação dos PAAs.

Este estudo é motivado, ainda, pelo aumento da diversidade de gênero no ambiente de negócios em geral, e na profissão contábil em particular, assim como pela importância de entender o efeito do gênero na informação contábil. O estudo contribui para enriquecer a literatura ao fornecer novos *insights* sobre a maneira como os auditores comportam-se, e fornece evidências empíricas sobre a influência do gênero do auditor nos processos, nas comunicações e, conseqüentemente, nos relatórios de auditoria. Além disso, os resultados também dão uma contribuição prática significativa às firmas de auditoria, ao demonstrar o impacto do gênero do auditor nas recentes reformas do relatório de auditoria, especificamente na divulgação dos PAAs em nível de entidade e em nível de conta.

2 REVISÃO DE LITERATURA E HIPÓTESES DA PESQUISA

O auditor tem a função de aumentar a confiança das demonstrações contábeis, verificando se representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira das entidades auditadas, gerando segurança razoável e estabelecendo uma relação de confiança (Comissão de Valores Mobiliários [CVM], 1999). Como resultado do seu trabalho, tem-se o relatório de auditoria, que, com o passar dos anos, sofreu modificações com o objetivo de ser mais descritivo e informacional (Marques & Alves, 2018).

O relatório de auditoria é o principal documento de trabalho do auditor. Nele o auditor apresenta o resultado da análise das demonstrações contábeis de uma entidade, e conclui se obteve segurança razoável de que os demonstrativos apreciados estão livres de distorção relevante, com base nas evidências encontradas durante o trabalho de auditoria (Roxo & Bonotto, 2016).

Para tornar o relatório de auditoria mais informativo, aumentando a transparência do processo de auditoria, melhorando a confiabilidade das demonstrações contábeis e incentivando a comunicação entre auditor, entidade e usuários das informações, o International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB, 2015) emitiu novos requisitos referentes ao relatório de auditoria.

Para acompanhar as mudanças já ocorridas em outros países, o Brasil adequou-se à nova estrutura do relatório de auditoria, por meio da aprovação, pelo CFC, em 2016, de seis normas que constituem o novo Relatório de Auditoria Independente (RAI) (Silva & Freire, 2018). Dentre elas, a de maior destaque é a Norma Técnica de Auditoria Independente NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria, de 17/06/2016. Tal norma dispõe que a partir de 31/12/2016 os auditores independentes devem incluir no relatório do auditor uma seção para indicar os PAAs, visando a um relatório mais informativo, dando mais transparência à auditoria realizada (CFC, 2016).

Sierra-García *et al.* (2019) afirmam que os riscos identificados nos PAAs podem ser classificados em: risco no nível de entidade e risco no nível de conta. O risco no nível de entidade está relacionado ao ambiente da entidade, e inclui riscos referentes ao ambiente de controle e regulatório, continuidade operacional, tecnologia da informação etc. O risco no nível de conta refere-se aos riscos de itens específicos das demonstrações contábeis, como receitas, intangíveis, imobilizado e equipamentos, planos de pensão, estoques, ativos financeiros e redução do valor recuperável de ativos (Sierra-García *et al.*, 2019).

A inclusão da divulgação dos PAAs nos relatórios de auditoria teve por intuito torná-lo mais informativo e menos padronizado (Matos, 2017), destinando-se a reduzir as falhas de informação – entre o que o usuário da informação deseja, o que é disponibilizado para ele e a expectativa real que se tem do trabalho do auditor (Ferreira & Morais, 2019).

Segundo Roxo e Bonotto (2016), tais alterações têm a finalidade de promover um relatório de auditoria mais individualizado para cada entidade auditada, apresentando as principais áreas de risco relevantes durante a execução do trabalho de auditoria, tendendo a enriquecer a discussão entre o auditor e a entidade, para a mitigação desses riscos.

A escolha dos PAAs implica o julgamento e tomada de decisão do auditor. É ele que, de acordo com o trabalho executado na auditoria, decidirá quais assuntos merecem ser destacados na seção de PAAs. A quantidade de PAAs a ser divulgada, de acordo com a NBC TA 701, pode ser impactada pelo porte e complexidade da entidade, natureza de seus negócios e ambiente, bem como fatos e circunstâncias do trabalho de auditoria (CFC, 2016).

O entendimento dos fatores que influenciam a divulgação dos PAAs é assunto que tem despertado o interesse de pesquisadores. Um veio frutífero de pesquisas foi desenvolvido utilizando-se as características da empresa para análise da relação entre os PAAs e variáveis como: tamanho da empresa (Pinto & Moraes, 2019; Sierra-García *et al.*, 2019), complexidade das operações do cliente (Borges *et al.*, 2017; Pinto & Moraes, 2019), alavancagem (Kaveski & Cunha, 2016; Pinto & Moraes, 2019), tipo de firma de auditoria (Castro *et al.*, 2015; Ferreira & Moraes, 2019) e setor econômico (Alexandre *et al.*, 2017; Ferreira & Moraes, 2019).

Com o avanço das pesquisas, estudiosos passaram a analisar as características dos auditores, como, por exemplo, o gênero (Abdelfattah *et al.*, 2020; Colares *et al.*, 2020; Guedes *et al.*; 2021; Velte, 2018). Chung e Monroe (2001) afirmam que o gênero do auditor é um dos fatores que influenciam o seu julgamento individual.

A literatura a respeito da psicologia cognitiva e da análise de negócios reconhece a existência de diferenças em atitudes, características e decisões entre gêneros (Velte, 2018). As mulheres, contrariamente aos homens, sentem-se menos limitadas por regras, regulamentos e outras convenções que dominam o raciocínio normativo das suas decisões (Bart & McQueen, 2013). No mesmo sentido, Karjalainen *et al.* (2018) afirmam que as mulheres tendem a cumprir mais as regras e regulamentos, e têm nível mais elevado de raciocínio moral e ético.

Ainda segundo Bart e McQueen (2013), as mulheres são melhores que os homens quando se trata de tomar decisões por conta de suas habilidades em reconhecer e considerar os direitos dos demais, enquanto os homens preferem tomar decisões usando as formas tradicionais de fazer negócios.

Em tarefas menos complexas, os homens têm mais precisão que as mulheres; no entanto, em tarefas mais complexas, as mulheres são mais precisas, demandando menos esforços que os homens, isso devido ao fato de a capacidade de processamento dos homens esgotar-se mais rápido que a das mulheres (Chung & Monroe, 2001).

No mesmo sentido, Meyers-Levy (2015) afirma que homens e mulheres apresentam diferenças no processamento de informações e ao tomar decisões. Segundo a autora, os homens não usam todas as informações que têm disponíveis para a solução de problemas; eles processam as informações de maneira seletiva, enquanto as mulheres são mais detalhistas, e tendem a detectar, elaborar e usar todas as informações disponíveis, até mesmo as menos acessíveis, para a solução de problemas.

O'Donnell e Johnson (2003) apontaram que as mulheres são mais propensas a utilizar estratégias de processamento de informações mais detalhadas, em comparação com os homens, objetivando minimizar o esforço cognitivo; e acrescentam que as auditoras apresentaram maior eficiência de processamento de informações nas tarefas mais complexas, em comparação com as tarefas mais simples.

No âmbito da auditoria, Byrnes *et al.* (1999) afirmam que as mulheres são mais avessas a riscos, o que influencia positivamente o julgamento do auditor, e que, também, tendem a não seguir estratégias de jogo nas empresas, diminuindo o risco de falência (Bart & McQueen, 2013). Essa aversão ao risco pode se destacar mais em umas sociedades do que em outras, mas de modo genérico as mulheres se arriscam menos (Silva *et al.*, 2020).

Velte (2018) evidencia a existência de uma correlação positiva entre a porcentagem de mulheres no comitê de auditoria e a divulgação de PAAs, além de tornar esses PAAs de mais fácil leitura. Abdelfattah *et al.* (2020) identificam que o gênero influencia a divulgação dos PAAs, e

sugerem que as auditoras têm mais propensão a divulgar mais PAAs, e os detalham mais, isso devido a maior aversão das mulheres aos riscos. Similarmente, espera-se que o mesmo comportamento seja percebido nos PAAs no nível de conta e no nível de entidade. Com base nesses argumentos, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1: O gênero feminino do auditor influencia positivamente a divulgação de PAAs em nível de entidade.

H2: O gênero feminino do auditor influencia positivamente a divulgação de PAAs em nível de conta.

Além do gênero do auditor, a literatura aponta para outros fatores, como tipo de firma de auditoria, alavancagem, tamanho da empresa, complexidade e setor econômico (Borges *et al.*, 2017; Ferreira & Morais, 2019; Pinto & Morais, 2019; Sierra-García *et al.*, 2019), como influentes na divulgação dos PAAs, que, neste trabalho, são tratados como variáveis de controle.

A literatura preconiza que o tipo de firma de auditoria constitui uma das variáveis que influenciam a identificação dos riscos e, conseqüentemente, dos PAAs (Pinto & Morais, 2019). Ferreira e Morais (2019) afirmam que há uma relação positiva entre o número de PAAs divulgados e o fato de a auditoria ser realizada por uma empresa do grupo *Big Four*, pois estas divulgam mais PAAs pelo fato de que tendem a honrar o título a elas atribuído, como qualidade, independência e transparência, e isso reflete-se em seus relatórios.

Sierra-García *et al.* (2019) afirmam que a alavancagem detém o efeito de mostrar potenciais riscos financeiros; ou seja, quanto maior for o grau de alavancagem, maior será o risco financeiro, e, portanto, as empresas com alta alavancagem divulgam maior número de PAAs.

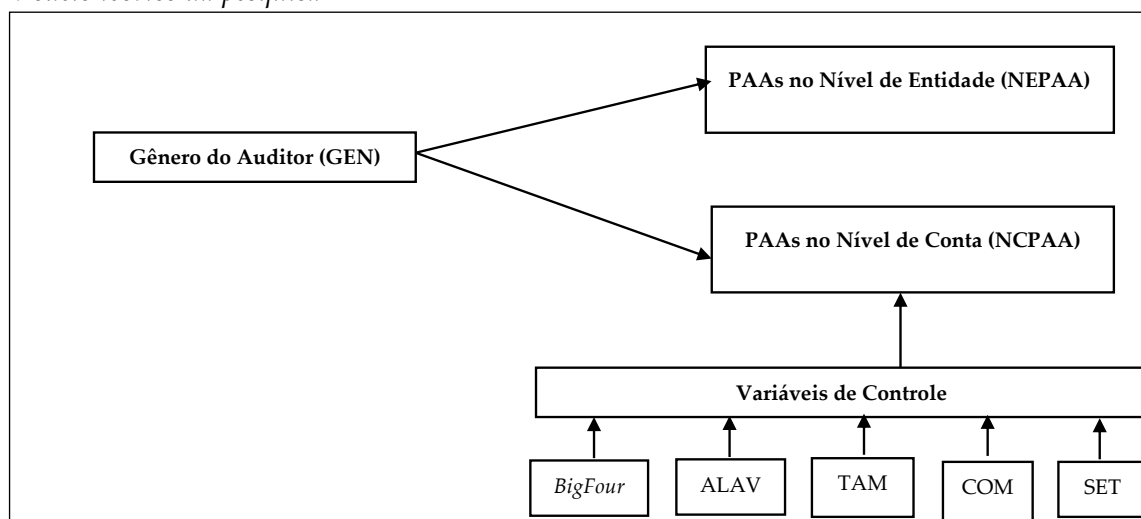
Pinto e Morais (2019) e Sierra-García *et al.* (2019) afirmam que uma das variáveis que aumentam a probabilidade de maior divulgação de PAAs é o tamanho da empresa, visto que as de grande porte geralmente apresentam maior complexidade em seus negócios, e, conseqüentemente, mais riscos são identificados, e, portanto, haverá maior número de PAAs divulgados.

A complexidade de uma empresa pode ser entendida sob diferentes abordagens. Nos estudos que envolvem a auditoria, em geral, a variável mais utilizada é a quantidade de subsidiárias (Mello *et al.*, 2021; Sierra-García *et al.*, 2019). Pinto e Morais (2019) afirmam que uma empresa com um maior número de subsidiária tem uma maior complexidade e tende a divulgar mais PAAs, devido à existência de mais áreas de risco.

O setor econômico também pode afetar a avaliação dos riscos pelo auditor, segundo Ferreira e Morais (2019), pois setores econômicos apresentam especificidades diferenciadas, como, por exemplo, riscos e regulamentação do Estado. Os autores constataram que o setor econômico regulado tende a divulgar menos PAAs, devido a maior regulação e maior supervisão de órgãos reguladores (Ferreira & Morais, 2019). A Figura 1 ilustra, resumidamente, as relações da pesquisa.

Figura 1

Modelo teórico da pesquisa



Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

3 METODOLOGIA

A população da pesquisa é constituída pelas 398 empresas listadas na B3, sendo que 82 foram excluídas por não apresentar informações pertinentes às variáveis da pesquisa, resultando em uma amostra de 316 empresas. Foram coletados os dados referentes ao período de 2016 a 2022, visando a englobar o período inicial (2016) em que os PAAs foram incluídos nos relatórios, conforme a nova regulamentação, e a verificar como as variáveis que os influenciam se comportam até 2022 (último período com dados disponíveis).

As variáveis utilizadas no estudo foram estabelecidas com base na literatura anterior, quanto aos aspectos que induzem a divulgação de PAAs (Tabela 1).

Tabela 1

Variáveis da pesquisa

Variável	Operacionalização	Fonte de coleta	Base teórica
PAAs no Nível de Entidade (NEPAA)	Número de PAAs inseridos no NRA relacionados aos riscos no nível de entidade	Relatório dos auditores independentes	Ferreira e Morais (2019) Pinto e Morais (2019) Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
PAAs no Nível de Conta (NCPAA)	Número de PAAs inseridos no NRA relacionados aos riscos no nível de conta Variável <i>dummy</i> , sendo o valor "1" para o gênero feminino e o valor "0" para o masculino	Relatório dos auditores independentes	Ferreira e Morais (2019) Pinto e Morais (2019) Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
Gênero do Auditor (GEN)	Variável <i>dummy</i> , sendo 0 para empresa do grupo <i>Big Four</i> e 1 para outra	Relatório dos auditores independentes	Abdelfattah <i>et al.</i> (2020) Silva <i>et al.</i> (2020)
Firma de Auditoria (<i>Big-Four</i>)	Mensurada mediante divisão do valor da dívida total (curto e longo prazo) pelo do Ativo	Relatório dos auditores independentes	Castro <i>et al.</i> (2015) Colares <i>et al.</i> (2021)
Alavancagem (ALAV)	Logaritmo natural do valor do Ativo	Demonstrações contábeis	Kaveski e Cunha (2016) Pinto e Morais (2019)
Tamanho da Empresa (TAM)		Demonstrações contábeis	Colares <i>et al.</i> (2021). Pinto e Morais (2019) Sierra-García <i>et al.</i> (2019)

Complexidade (COMP)	Número de subsidiárias	Formulário de Referência	Mello <i>et al.</i> (2021) Pinto e Morais (2019) Sierra-Garcia <i>et al.</i> (2019)
Setor Econômico Regulado (SET)	Variável <i>dummy</i> , sendo 0 para setor regulado e 1 para setor não regulado	Demonstrações Contábeis	Ferreira e Morais (2019) Sierra-García <i>et al.</i> (2019)

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Ressalta-se que a determinação do gênero do auditor foi baseada na assinatura do responsável pelo relatório de auditoria da empresa, normalmente o sócio principal de auditoria, não levando em consideração o gênero dos profissionais que participaram da execução do trabalho de auditoria; dados estes não públicos.

Para se alcançar o objetivo do estudo, inicialmente foi efetuada uma estatística descritiva das variáveis das empresas da amostra, seguida de um teste de diferença entre médias. Posteriormente, foi realizado o teste de correlação das variáveis explicativas com os PAAs em nível de entidade e em nível de conta. Por último, foi aplicada a Regressão Linear Múltipla com dados em painel, utilizando-se as Equações 1 e 2.

$$NEPAA_{it} = GEN_{it} + BigFour_{it} + ALAV_{it} + TAM_{it} + COMP_{it} + SET_{it} + \varepsilon \quad (\text{Equação 1})$$

$$NCPAA_{it} = GEN_{it} + BigFour_{it} + ALAV_{it} + TAM_{it} + COMP_{it} + SET_{it} + \varepsilon \quad (\text{Equação 2})$$

Para se identificar o modelo de dados em painel a ser aplicado para geração da estimação, foram aplicados o Teste LM de Breusch-Pagan e o Teste de Hausman, sendo indicado o modelo de regressão com efeitos aleatórios. Destaca-se que, antecedendo a regressão, foram verificados e validados os pressupostos tomados como condição para o seu desenvolvimento, compreendendo: normalidade, por meio do Teste de Kolmogorov-Smirnov; homocedasticidade, por meio do Fator de Inflação da Variância (VIF); ausência de autocorrelação, por meio do Teste de Durbin-Watson; e multicolinearidade, utilizando-se o Teste de Pesarán-Pesarán.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados expostos na Tabela 2 demonstram o alcance de PAAs divulgados de no mínimo 1 e no máximo 8, obtendo média aproximada de 1,21 PAAs em nível de entidade e 1,56 PAAs em nível de conta. Ressalte-se que houve uma redução na quantidade de PAAs das duas categorias, evidenciando o conservadorismo dos auditores na divulgação dos PAAs nos primeiros anos de atendimento à norma. Este resultado está em consonância com os achados de Peres, Slavov, Sampaio e Nakamura (2019), que identificaram em suas análises uma redução na quantidade de PAAs divulgados.

Ressalta-se que a média de PAAs divulgada em nível de conta (1,56) é superior à medida dos PAAs em nível de entidade (1,21), demonstrando que os auditores identificaram maiores riscos relacionados à mensuração, ao reconhecimento e à evidenciação das contas que integram as demonstrações contábeis. Destaca-se que esse resultado está em linha com Sierra-García *et al.* (2019), que obtiveram médias similares de divulgação para as duas categorias de PAAs.

Tabela 2*Estatística descritiva das variáveis quantitativas*

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Média	Variação (%)
PAAs em nível de entidade									
Média	1,28	1,26	1,25	1,24	1,15	1,16	1,12	1,21	-12,50%
Mínimo	1	1	1	1	1	1	1	1	0,00%
Máximo	8	7	7	7	7	6	6	6,86	-25,00%
Desvio-padrão	1,06	1,05	1,19	1,01	0,98	0,95	1,04	1,04	-1,89%
PAAs em nível de conta									
Média	1,63	1,63	1,59	1,57	1,51	1,50	1,52	1,56	-6,75%
Mínimo	1	1	1	1	1	1	1	1,00	0,00%
Máximo	5	4	4	4	3	3	3	3,71	-20,00%
Desvio-padrão	0,95	0,95	0,86	0,97	0,93	0,92	0,85	0,92	-4,00%
Alavancagem									
Média	0,68	0,72	0,7	0,71	0,71	0,71	0,72	0,71	5,88%
Mínimo	0,07	0,05	0,06	0,05	0,02	0,05	0,06	0,05	-14,29%
Máximo	4,47	4,35	4,14	3,32	4,67	5,54	5,68	4,60	27,07%
Desvio-padrão	0,48	0,46	0,41	0,44	0,5	0,53	0,49	0,47	2,08%
Tamanho									
Média	6,19	6,32	6,21	6,23	6,58	6,73	6,89	6,45	11,31%
Mínimo	3,33	3,67	3,76	3,33	2,95	3,12	3,1	3,32	-6,91%
Máximo	8,21	9,23	8,56	7,64	9,33	9,45	9,57	8,86	16,57%
Desvio-padrão	1,54	1,38	1,02	0,87	0,98	1,05	1,12	1,14	-27,27%
Complexidade									
Média	7,79	7,77	7,74	7,74	7,83	7,85	7,86	7,79	0,90%
Mínimo	0	0	0	0	0	0	0	-	0,00%
Máximo	74	73	71	74	71,00	71	72	72,50	-2,70%
Desvio-padrão	9,86	10,2	10,6	11,65	11,60	11,5	10,2	10,66	3,45%

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Sobre a alavancagem, os resultados demonstram uma média de 0,71, fornecendo indícios de uma forte dependência de capital de terceiros por parte das entidades da amostra, indicando que elas operam com mais capital de terceiros do que com capital próprio. Observa-se que, mesmo com a crise financeira, o nível de endividamento das empresas manteve-se constante, alinhando-se aos resultados obtidos por Lemmon *et al.* (2008), que encontraram evidências de que as companhias tendem a manter o nível de alavancagem estável no longo prazo, mesmo com a ocorrência de crises.

Em relação ao tamanho da empresa, obteve-se uma média de 6,45 no total do Ativo das participantes da amostra. Ademais, observa-se um aumento no tamanho das empresas da ordem de 11,31%, mesmo as empresas tendo passado por uma pandemia, que impactou todo o mercado financeiro. Uma explicação para esse fenômeno pode estar relacionada à economia do Brasil, que vem apresentando sinais de recuperação com crescimento do PIB em 2022 de 2,9% e em 2021 de 4,6% (IBGE, 2023).

Quanto à complexidade, os resultados apontam que as empresas da amostra apresentam uma média de 7,79 subsidiárias, sugerindo alta complexidade (Cruz *et al.*, 2019), e apresentaram-se constante ao longo do período analisado. Esse resultado contraria os achados de Gomes *et al.* (2020) que identificaram um aumento no número de subsidiárias.

A Tabela 3 apresenta a análise das variáveis *dummies* do estudo.

Tabela 3*Análise das variáveis dummies*

Variável	Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Média	Variação (%)
Gênero	Feminino	9,95%	9,86%	9,82%	10,10%	10,70%	10,64%	10,72%	10,26%	7,74%
	Masculino	90,05%	90,14%	90,18%	88,90%	89,30%	89,36%	89,28%	89,60%	-0,86%
Tipo de firma	<i>BigFour</i>	69,23%	68,36%	69,15%	69,10%	68,40%	68,54%	68,23%	68,72%	-1,44%
	Não <i>BigFour</i>	30,77%	31,64%	30,85%	30,90%	31,60%	31,46%	31,77%	31,28%	3,25%
Setor	Regulado	47,02%	47,28%	47,26%	47,30%	47,30%	47,32%	47,09%	47,22%	0,15%
	Não Regulado	52,98%	52,72%	52,74%	52,70%	52,70%	52,68%	52,91%	52,78%	-0,13%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Com relação ao gênero, observa-se que apenas 10,26% das empresas tiveram seus relatórios de auditoria assinados por profissionais do gênero feminino. Isso mostra que o número de relatórios assinados por sócias auditoras ainda é baixo, o que reforça os achados de Silva *et al.* (2020), os quais apontam que no período 2010-2018 apenas 8% dos relatórios de auditoria foram assinados por mulheres, apesar de esse gênero reunir quase 43% dos profissionais de contabilidade no Brasil, segundo dados do CFC, de 2018.

Ressalta-se ainda que, no período em destaque, a participação do gênero feminino apresentou um aumento discreto, da ordem de 7,74%. Esse resultado coaduna com os achados de Barros e Campanhol (2016), segundo os quais a presença feminina vem ganhando espaço na contabilidade, apesar da predominância masculina na auditoria. Destarte, esse fato pode estar associado a preocupação dessas empresas em desenvolver políticas de promoção de diversidade de gênero nos últimos anos.

No que tange ao tipo de firma de auditoria, nos anos em questão, aproximadamente 68,72% das participantes da amostra foram auditadas por empresas de auditoria do grupo *Big Four*. Esse resultado corrobora, também, os achados de Silva *et al.* (2020), segundo os quais as empresas brasileiras de capital aberto buscam contratar as firmas líderes mundiais de auditoria, devido à necessidade de uma chancela internacional nas suas demonstrações contábeis.

Quanto ao setor econômico, verifica-se uma concentração das empresas do estudo nos setores não regulados (52,78%), ou seja, empresas que não sofrem o efeito das normas coercitivas emanadas do Estado ou de órgãos reguladores.

A Tabela 4 apresenta o resultado do teste de diferença entre as médias de PAAs divulgados por gênero do auditor, além de mostrar a evolução temporal, médias e variações das divulgações de PAAs segregadas por gênero.

Tabela 4*Resultado do Teste t - Student e Médias dos PAAs por gênero do auditor*

Gênero	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Média	Variação (%)	Estatística T	Sig
NEPAA											
Feminino	1,23	1,22	1,2	1,19	1,13	1,11	1,1	1,17	-11%	-	9,26
Masculino	1,25	1,26	1,24	1,23	1,18	1,15	1,12	1,20	-10%		
NCPAA											
Feminino	1,62	1,61	1,61	1,59	1,52	1,5	1,48	1,56	-9%	29,45	0,00
Masculino	1,45	1,43	1,4	1,38	1,35	1,33	1,31	1,38	-10%		

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Observa-se, por meio do teste de médias apresentado na Tabela 4, que há diferença estatisticamente significativa entre as médias de PAAs divulgados por gênero para os PAAs em nível de conta, entretanto não há diferenças identificadas nos PAAs em nível de entidade, sinalizando que o gênero pode gerar diferenças de divulgação nos PAAs quando analisado os riscos referentes à conta.

No período sob análise, auditores do gênero masculino obtiveram uma média de PAAs divulgados em nível de entidade superior à das auditoras, contrariando o preconizado na literatura, que estabelece que as auditoras, por serem mais avessas a riscos, tendem a divulgar uma maior quantidade de PAAs.

Entretanto, chama-se a atenção para os PAAs divulgados em nível de conta, em que as auditoras apresentam uma média maior de divulgação, demonstrando um maior conservadorismo das mulheres no processo de divulgação de informações para os *stakeholders*. Esse resultado está em linha com os achados de Abdelfattah *et al.* (2020), que identificaram que as auditoras têm mais propensão a divulgar mais PAAs, e os detalham mais, devido a sua maior aversão a riscos.

Ressalta-se que os PAAs em nível de conta referem-se aos riscos a itens específicos das demonstrações contábeis, como receitas, intangíveis, contingências, instrumentos financeiros e valor recuperável de ativos financeiros (Sierra-García *et al.*, 2019). Esses assuntos, por terem uma subjetividade arguida no seu processo de reconhecimento e mensuração, são tratados pelos auditores como áreas de sensibilidade nas demonstrações contábeis.

Posteriormente, aplicou-se o Teste de Correlação de Pearson, para identificar a existência de correlação entre as variáveis do modelo, bem como para detectar possíveis indícios de multicolinearidade, cujos resultados são dispostos na Tabela 5.

Tabela 5

Teste de Correlação de Pearson

Variável	A	B	C	D	E	F	G	H
A – TAM	1							
B – ALAV	-0,059	1						
C – COMP	0,169**	-0,063	1					
D – NEPAA	0,135**	0,007	0,161**	1				
E – NCPAA	0,147**	0,015	0,152**	-	1			
F – SET	0,075	-0,077	0,045	0,054	0,019	1		
G – GEN	0,038	-0,062	0,081	-0,047	0,176**	0,084	1	
H – Big Four	0,425**	-0,223**	0,177**	0,159**	0,163**	0,145**	0,045	1

(**) Significante ao nível de confiança de 5%.

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Destaca-se que, embora as correlações entre as variáveis independentes sejam significativas, estas não demonstram que podem ocasionar problemas de multicolinearidade no modelo, visto que nenhum dos indicadores apresentou valor próximo de 1, indicando que não estão correlacionados (Gujarati & Porter, 2011).

Observa-se que a variável gênero apresentou uma associação negativa com os PAAs em nível de entidade (NEPAA); ou seja, eles relacionam-se de maneira inversa e não significativa. Já a variável PAAs em nível de conta (NCPAA) apresentou uma associação positiva e significativa com a variável gênero (GEN). Ressalta-se, ainda, que as variáveis Tamanho (TAM), Tipo de firma (*Big Four*) e Complexidade (COMP) apresentaram correlação positiva e significativa com as variáveis NEPAA e NCPAA.

Realizou-se, ainda, a regressão linear múltipla com dados em painel, para testar as hipóteses do estudo, conforme mostra a Tabela 6.

Tabela 6*Regressão linear múltipla com dados em painel*

Variável	MODELO 1 (NEPAA)		MODELO 2 (NCPAA)	
	Coeficiente	Sig	Coeficiente	Sig
Gênero (GEN)	-0,084	0,463	2,52	0,000*
Tipo de firma (<i>BigFour</i>)	2,74	0,000*	2,17	0,000*
Tamanho (TAM)	6,83	0,000*	7,41	0,000*
Alavancagem (ALAV)	0,046	0,129	0,023	0,247
Complexidade (COMP)	0,161	0,037**	0,189	0,019**
Setor (SET)	-0,058	0,852	-0,047	0,837
(Constante)		0,043**		0,062**
Número de empresas		316		316
Wald Qui ²		115,9		146,72
SIG		0,001**		0,000*
R ²		0,398		0,435

(*) Significante ao nível de confiança de 1%; (**) Significante ao nível de confiança de 5%.

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

De acordo com os resultados do modelo evidenciados na Tabela 6, as variáveis tipo de firma (*BigFour*), tamanho da empresa (TAM) e complexidade (COMP) apresentaram resultados estatisticamente significantes com os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA). Enquanto isso, as variáveis alavancagem (ALAV) e setor econômico (SET) não demonstraram relação estatisticamente significativa com os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA). Por último, a variável gênero (GEN) não demonstrou relação estatisticamente significativa com os PAAs em nível de entidade (NEPAA), mas apresentou uma relação estatisticamente significativa com os PAAs em nível de conta (NCPAA).

Analisando-se individualmente os resultados das variáveis, constatou-se que não existe relação estatisticamente significativa entre o gênero e a divulgação dos PAAs em nível de entidade (NEPAA). Esse resultado contraria a primeira hipótese da pesquisa (H₁), que estabelece que o gênero feminino do auditor influencia positivamente a divulgação de PAAs em nível de entidade (NEPAA), em razão das variações comportamentais entre auditoras e auditores na aversão ao risco.

Os PAAs em nível de entidade (NEPAA) referem-se aos riscos de distorção relevante, que têm um impacto generalizado na organização e em suas demonstrações contábeis, como os relacionados a controles internos, tecnologia de informação e capacidade da empresa para continuar em operação (Sierra-García *et al.*, 2019). Esses riscos são analisados pelo auditor por meio de questionários-padrão e definições normativas preestabelecidas (CFC, 2009; 2016), em que o julgamento do auditor é mais objetivo e de menor complexidade, não dando margem para que as características individuais do gênero influenciem as suas decisões.

Ressalta-se que, por serem riscos relevantes e generalizados que podem modificar a opinião do auditor, com a possibilidade de emissão de opinião adversa ou de sua abstenção, o auditor deve assumir maiores riscos e ser confiante na sua opinião, características essas que são intrínsecas ao auditor do gênero masculino, de acordo com a literatura, o que justifica a maior média de divulgação para esse tipo de PAAs (Hardies *et al.*, 2013).

Em relação aos PAAs em nível de conta (NCPAA), os resultados demonstraram existir uma relação estatisticamente significativa entre o gênero feminino e a divulgação dos PAAs em nível de conta (NCPAA). Esse resultado confirma a segunda hipótese da pesquisa (H₂), que estabelece que o gênero feminino do auditor influencia positivamente a divulgação de PAAs em nível de conta

(NCPAA), devido às diferenças no comportamento entre auditoras e auditores com relação à aversão a riscos (Hardies *et al.*, 2013) e à confiança (Lee *et al.*, 2019).

Os PAAs em nível de conta (NCPAA) representam riscos de distorção que afetam uma conta ou divulgação específica nas demonstrações contábeis de um cliente, como, por exemplo, a avaliação dos ativos intangíveis, o reconhecimento de receitas, as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, a depreciação, os ativos financeiros e a redução do valor recuperável de ativos (Camacho-Miñano *et al.*, 2023; Sierra-García *et al.*, 2019).

O risco relacionado às contas está intrinsicamente ligado ao processo de reconhecimento, mensuração e divulgação, que, devido às normas internacionais de contabilidade, baseadas em princípios, que oferecem apenas princípios gerais de orientação, e não regras detalhadas, trazem uma política flexível na elaboração das demonstrações contábeis, indicando, em alguns casos, a possibilidade de adoção de mais de uma forma de reconhecimento e mensuração válidas para a mesma operação (Niyama & Silva, 2008). Isso traz subjetividade ao processo de mensuração, dando margem para que as diferenças entre gêneros no tocante a atitudes, características e decisões (Velte, 2018), como a aversão a riscos, o conservadorismo, o nível de ética, a capacidade de processamento (Chung & Monroe, 2001) e as diferenças no processamento de informações (Meyers-Levy, 2015) influenciem o julgamento dos PAAs em nível de conta (NCPAA).

Ademais, como o processo de avaliação do reconhecimento, mensuração e divulgação das contas é uma tarefa complexa, pois envolve a escolha do critério de mensuração (custo histórico, valor justo etc.), a validação das estimativas, principalmente nos níveis 2 e 3 de mensuração do valor justo, de acordo a literatura, sofre influência do gênero no julgamento individual do auditor (Chung & Monroe, 2001). Segundo Chung e Monroe (2001), em tarefas mais complexas as mulheres são mais precisas, demandando menos esforços que os homens, o que justifica a média maior de PAAs em nível de conta divulgados por auditoras.

Esse resultado coaduna em parte com os achados de Abdelfattah *et al.* (2020), que identificaram que o gênero influencia positivamente a divulgação dos PAAs, sendo as auditoras responsáveis pela divulgação de maior número de PAAs. Dessa forma, esse resultado dá indícios de que as características distintas relacionadas ao gênero no âmbito do exercício da profissão de auditoria, e a aversão a riscos como uma das principais características que diferenciam os dois gêneros, influenciam a divulgação dos PAAs em nível de conta, mas não a influencia em nível de entidade.

Em relação à variável tipo de firma de auditoria (*Big Four*), os resultados demonstram que o tipo de firma de auditoria tem relação positiva e significativa com os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA). Esse resultado sugere que as empresas do grupo *Big Four* possuem mais estrutura, independência e equipes de mais qualidade (Castro *et al.*, 2015), e são mais avessas a riscos, porque têm mais capital reputacional em jogo e maior independência financeira, tornando-se, nesse caso, mais sensíveis para estimar riscos, conseqüentemente, apresentando uma tendência a divulgar mais PAAs. Esse resultado corrobora o achado de Ferreira e Morais (2019), que afirma que as empresas do grupo *Big Four* divulgam mais PAAs pelo fato de que tendem a honrar o título a elas atribuído, como independência e transparência, e isso reflete-se em seus relatórios.

O resultado da variável alavancagem (ALAV) demonstrou não haver relação significativa com os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA), contrariando o que é preconizado na literatura, ou seja, que as empresas detentoras de maior grau de alavancagem se envolvem em mais riscos financeiros e, conseqüentemente, mais riscos de litígio para os auditores, já que a alavancagem representa o nível de endividamento da empresa (Sierra-García *et al.*, 2019). Assim, como o risco financeiro da empresa aumenta, os auditores tendem a identificá-lo como um dos PAAs, e divulgá-lo em seu relatório. Esse resultado contraria os achados de Pinto e Morais (2019) e Sierra-García *et al.* (2019), que afirmam que um grau elevado de alavancagem envolve mais riscos financeiros e, conseqüentemente, a identificação de maior número de PAAs.

À respeito da variável tamanho da empresa (TAM), os resultados demonstraram haver uma relação estatisticamente significativa com os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA), demonstrando que quanto maior for a empresa, mais complexa será sua operação, e, conseqüentemente, mais riscos (PAAs) serão identificados pelo auditor (Pinto & Morais, 2019) e divulgados em seu relatório. O resultado corrobora os achados de Gomes *et al.* (2020), que obtiveram situação semelhante na relação entre tamanho e PAAs.

Já a variável complexidade (COM) demonstrou haver uma relação positiva e significativa com os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA), demonstrando que quanto mais complexo for o cliente, neste estudo medido pelo número de subsidiárias, mais difícil tornar-se-á a auditoria, pois aumenta a quantidade de locais a serem visitados, além de estar associada à necessidade de trabalho adicional para exame de um número maior de documentos, para garantir a precisão das demonstrações financeiras consolidadas (Ferreira & Morais, 2019). Esse resultado está em linha com os achados de Pinto e Morais (2019), que evidenciam que as empresas mais complexas tendem a possuir mais áreas de riscos e, conseqüentemente, mais PAAs divulgados pelos auditores.

A variável setor econômico, cujos resultados não apresentaram relação estatisticamente significativa com os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA), contraria o preconizado na literatura, que afirma que o setor ao qual pertence a empresa (regulado ou não regulado) influencia o seu risco e, conseqüentemente, o trabalho do auditor. Alexandre *et al.* (2017) apontam que as empresas dos setores regulados cometem menos irregularidades e inconformidades em seus relatórios de auditoria, por serem mais normatizadas dos que as dos demais setores, e sofrem pressão para prestar contas aos órgãos reguladores, tendo, portanto, uma quantidade menor de PAAs divulgada. Esse resultado diverge dos achados de Gomes *et al.* (2020), que identificaram uma relação negativa e significativa entre o setor econômico e PAAs.

5 CONCLUSÃO

Este estudo tem por objetivo analisar a relação entre o gênero do auditor e a divulgação dos PAAs em nível de entidade e em nível de conta. Para isso, realizou-se uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental, utilizando-se dados de 316 empresas listadas na B3, referentes aos exercícios financeiros de 2016 a 2022, analisados por meio de estatística descritiva, teste de diferença entre médias, teste de correlação e regressão linear múltipla de dados em painel.

Os resultados obtidos revelaram que o gênero do auditor (GEN) não demonstrou relação significativa com os PAAs em nível de entidade (NEPAA), mas apresentou uma relação estatisticamente positiva e significativa com os PAAs em nível de conta (NCPAA). Ademais, identificou-se que existe uma relação estatisticamente significativa entre tipo de firma (*Big Four*), tamanho da empresa (TAM) e complexidade (COMP) e os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA). Enquanto isso, as variáveis alavancagem (ALAV) e setor econômico (SET) não demonstraram relação estatisticamente significativa com os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA).

Dessa forma, os resultados dão indícios de que as características distintas relacionadas ao gênero do auditor no âmbito do exercício da profissão de auditoria, como a aversão a riscos, o conservadorismo, o nível de ética, a capacidade de processamento (Chung & Monroe, 2001) e as diferenças no processamento de informações (Meyers-Levy, 2015), influenciam a divulgação dos PAAs em nível de conta (NCPAA), devido à complexidade do processo de reconhecimento, mensuração e divulgação das rubricas contábeis oriundo da multiplicidade de formas de reconhecimento e mensuração válidos para uma operação, preconizado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, confirmando a hipótese 2 da pesquisa de que o gênero feminino do auditor influencia positivamente a divulgação dos PAAs a nível de conta. Entretanto, não influenciam a divulgação dos PAAs em nível de entidade (NEPAA), já que, por se tratar de riscos de distorção relevante, que têm um impacto

generalizado na organização, são analisados pelo auditor por meio de questionários-padrão e definições normativas preestabelecidas, em que o julgamento é mais objetivo, não dando margem para que as características individuais do gênero influenciem as decisões do auditor, rejeitando a hipótese 1 da pesquisa.

Destarte, os resultados sugerem que a subjetividade e a complexidade das atividades analisadas pelos auditores são fatores que dão margem para que as características do gênero influenciem a divulgação dos PAAs.

Verificou-se que o tipo de firma de auditoria (*Big Four*) demonstrou ter uma relação positiva com os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA). Dessa forma, pode-se inferir que as empresas do grupo *Big Four* possuem mais estrutura, equipes de mais qualidade, e são mais avessas a riscos, tornando-se, nesse caso, mais sensíveis para estimar riscos, apresentando, conseqüentemente, uma tendência a divulgar mais PAAs.

Quanto ao tamanho da empresa (TAM), demonstrou-se ter uma relação significativa com os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA), dando indícios de que quanto maior for a empresa, mais complexa será sua operação, e, conseqüentemente, mais riscos (PAAs) serão identificados pelo auditor. Em relação à alavancagem (ALAV), demonstrou-se não haver relação com os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA), contrariando o que é preconizado na literatura, ou seja, que as empresas detentoras de maior grau de alavancagem se envolvem em mais riscos financeiros e, conseqüentemente, em mais riscos de litígio para os auditores, e, por consequência, em maior número de PAAs divulgados.

A complexidade (COM) demonstrou ter uma relação com os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA), evidenciando que quanto mais complexo for o cliente, mais complexas são suas operações, tendendo a possuir mais áreas de risco e, conseqüentemente, mais PAAs divulgados pelos auditores. Já o setor econômico (SET) não apresentou relação com os PAAs em nível de entidade (NEPAA) e em nível de conta (NCPAA), contrariando o preconizado na literatura, que afirma que o setor ao qual pertence a empresa (regulado ou não regulado) influencia o seu risco e, conseqüentemente, a divulgação dos PAAs.

Constatou-se, ainda, que os auditores do gênero masculino obtiveram uma média de PAAs em nível de entidade divulgados superior à das auditoras. Entretanto, em relação aos PAAs divulgados em nível de conta, as auditoras apresentam uma média maior de divulgação, demonstrando um maior conservadorismo da ala feminina no processo de divulgação de informações para os *stakeholders* para esse tipo de risco.

Os resultados demonstram que o tipo de firma de auditoria *Big Four* divulga uma maior quantidade de PAAs, quando comparado com as demais firmas de auditoria. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de as empresas *Big Four* apresentarem uma preocupação com sua reputação, independência, transparência e risco de litígios.

Ressalta-se que os achados desta pesquisa são relevantes, tendo em vista os estudos ainda escassos e conflitantes na literatura, contribuindo para preencher a lacuna de estudos brasileiros que busquem verificar a relação entre o gênero e a divulgação dos PAAs em nível de entidade e em nível de conta. Especificamente, os resultados contribuem para evidenciar que a contratação de auditoras aumenta a divulgação de riscos em nível de conta, relacionados ao processo de reconhecimento, mensuração e divulgação das demonstrações contábeis, que são objeto de interesse dos investidores e reguladores que buscam maneiras de melhorar os relatórios dos auditores.

Ademais, os resultados mostram a sub-representação das mulheres na auditoria em altos escalões da firma. Esses resultados oferecem aos formuladores de políticas um incentivo adicional para buscar reformas de diversidade de gênero nos ambientes organizacionais. Por fim, os resultados também têm uma implicação prática para as firmas de auditoria, ao demonstrar as características das auditoras e seus efeitos no relatório de auditoria.

Dentre as limitações deste estudo, destaca-se a determinação do gênero do auditor (binária) baseada na assinatura do responsável pelo relatório de auditoria da empresa, não levando em consideração o gênero dos profissionais que participaram da execução do trabalho de auditoria, dados estes que não são públicos, o que dificulta o aprofundamento das análises. Outra limitação está relacionada a não utilização de variáveis como *expertise*, conhecimento técnico do auditor, reputação da firma, que podem ser construtos relevantes no processo de investigação. Dessa forma, sugere-se pesquisas a partir de uma abordagem qualitativa, com dados não públicos, possibilitando um maior aprofundamento do tema.

REFERÊNCIAS

- Abdelfattah, T., Elmahgoub, M., & Elamer, A. A. (2020). Female audit partners and extended audit reporting: UK evidence. *Journal of Business Ethics*, 174, 177-197. <https://doi.org/10.1007/s10551-020-04607-0>
- Alexandre, N. O., Mello, L. C. O., & Araújo, P. G. L. (2017). Inconformidades nos relatórios dos auditores independentes: Estudo comparativo dos setores regulados e não regulados brasileiros. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, 5(20), 16-32.
- Barros, D., & Campanhol, E. M. A. (2016). Mulher no cenário da auditoria. *Diálogos em Contabilidade: Teoria e Prática (Online)*, 4(1), 1-19.
- Bart, C., & McQueen, G. (2013). Why women make better directors. *International Journal of Business Governance and Ethics*, 8(1), 93-99. <http://dx.doi.org/10.1504/IJBGE.2013.052743>
- Borges, V. P., Silva, R. L. M., & Nardi, P. C. C. (2017). Determinantes dos honorários da auditoria independente das empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 20(17), 216-230. http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2017v20n2a3
- Byrnes, J. P., Miller, D. C., & Schafer, W. D. (1999). Gender differences in risk taking: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 125(3), 367-383. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.125.3.367>
- Camacho-Miñano, M. D. M., Muñoz-Izquierdo, N., Pincus, M. P. K., & Wellmeyer, P. (2023). Are key audit matter disclosures useful in assessing the financial distress level of a firm? *Forthcoming in The British Accounting Review*. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3744282>.
- Castro, W. B. L., Peleias, I. R., & Silva, G. P. (2015). Determinantes dos honorários de auditoria: um estudo nas empresas listadas na BM&FBovespa, Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 261-273. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501560>
- Chung, J., & Monroe, G. S. A. (2001). Research note on the effects of gender and task complexity on an audit judgment. *Behavioral Research in Accounting*, 13(1), 111-125. <https://doi.org/10.2308/bria.2001.13.1.111>
- Colares, A. C. V., Pinheiro, L. E. T., & Silva, J. N. (2020). Principais assuntos de auditoria: a divulgação ainda é comunicativa após três anos de aplicação da NBCTA 701? *Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (RE-DECA)*, 7(1), 89-111. <https://doi.org/10.23925/2446-9513.2020v7i1p89-111>
- Colares, A. C. V., da Silva, J. N., Almeida, I. de Ângelo, & Santos, L. S. (2021). A Divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria Afetou a Remuneração dos Auditores Independentes? *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 9(3), 142-159. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.2021v9n3.54422>
- Cruz, A. F. A.; Nardi, P. C. C.; Figueira, L. M. & Silva, R. L.M. (2019). A relação entre o novo relatório do auditor independente e o perfil das empresas auditadas e de auditoria. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(40), 3-23.

- Comissão de Valores Mobiliários. *Instrução CVM n. 308, de 7 de dezembro de 1999*.
<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/300/instr308consolid.pdf>
- Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução CFC n. 2016/NBCTA701, de 4 de julho de 2016*.
Aprova a NBC TA 701, que dispõe sobre a comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA701.pdf
- Ferreira, C., & Morais, A. I. (2019). Análise da relação entre características das empresas e os keyauditmatters divulgados. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(83), 262-274.
<https://doi.org/10.1590/1808-057x201909040>
- Gomes, A. S. B., Mello, L. C. O., & Gordiano, C. A. S. G. (2020). Principais assuntos de auditoria e as características das empresas auditoras e auditadas no mercado brasileiro. *Anais do vigésimo terceiro Semead – Seminários em Administração, Brasil*.
- Guedes, F. Y. A., Pessoa, F. E. N., Carvalho, B. S., & Mello, L. C. O. (2021). Diversidade de gênero no comitê de auditoria e a divulgação dos principais assuntos de auditoria. *Anais do vigésimo quarto Semead – Seminários em Administração, Brasil*.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*. (5a ed.). Editora Afiliada.
- Hallak, R. T. P., & Silva, A. L. C. (2012). Determinantes das despesas com serviços de auditoria e consultoria prestados pelo auditor independente no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(60), 223-231. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772012000300007>
- Hardies, K., Breesch, D., & Branson, J. (2013). Gender differences in overconfidence and risk taking: do self-selection and socialization matter? *Economics Letters*, 118(3), 442-444.
<https://doi.org/10.1016/j.econlet.2012.12.004>
- Hardies, K.; Breesch, D., & Branson, J. (2016). Do (fe)male auditors impair audit quality? Evidence from going-concern opinions. *European Accounting Review*, 25(1), 7-34.
<https://doi.org/10.1080/09638180.2014.921445>
- International Auditing and Assurance Standards Board. (2015). *New and revised auditor reporting standards and related conforming amendments*. www.ifac.org/system/files/uploads/IAASB/Audit%20ReportingAt%20a%20Glance-final.pdf
- Jermakowicz, E. K., Epstein, B. J., & Ramamoorti, S. (2018). CAM versus KAM – a distinction without a difference? Making judgments in reporting critical audit matters. *The CPA Journal*, 88(2), 34-40.
- Karjalainen, J., Niskanen, M., & Niskanen, J. (2018). The effect of audit partner gender on modified audit opinions. *International Journal of Auditing*, 22(3), 449-463.
<https://doi.org/10.1111/ijau.12130>
- Kaveski, I. D. S., & Cunha, P. R. (2016). Fatores determinantes dos honorários da auditoria das empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 19(1), 49-63.
- Lee, H. S., Nagy, A. L., & Zimmerman, A. B. (2019). Audit partner assignments and audit quality in the United States. *The Accounting Review*, 94(2), 297-323. <https://doi.org/10.2308/accr-52218>
- Lemmon, M. L., Roberts, M. R., & Zender, J. F. (2008). Back to the beginning: Persistence and the cross-section of corporate capital structure. *The Journal of Finance*, 63(4), 1575-1608.
<https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.2008.01369.x>
- Marques, D. S., & Alves, F. J. S. (2018). Um estudo sobre o impacto gerado pela necessidade de divulgação de Key Audit Matters (KAM) no ceticismo profissional do auditor em termos de procedimentos de auditoria. *Revista Científica Semana Acadêmica*, 1(133).
- Matos, T. M. P. (2017). *O impacto de Key Audit Matters (KAM) na análise de demonstrações financeiras e na propensão a investir* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

- Mello, L. C. O., Araújo, P. G. L., & Luca, M. M. M. (2021). Impacto do novo relatório dos auditores independentes nos honorários dos auditores. *Contabilidade Vista & Revista*, 32(1), 183-217. <https://doi.org/10.22561/cvr.v32i1.5952>
- Meyers-Levy, J. (2015). Revisiting gender differences: what we know and what lies ahead. *Journal of Consumer Psychology*, 25(1), 129-149. <https://doi.org/10.1016/j.jcps.2014.06.003>
- Niyama, J. K., & Silva, C. A. T. (2008). *Teoria da contabilidade*. Atlas.
- O'Donnell, E., & Johnson, E. N. (2003). The effects of auditor gender and task complexity on information processing efficiency. *International Journal of Auditing*, 5(2), 91-105. <https://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2001.00328.x>
- Peres, L. J., Slavov, T. N. B., Sampaio, J. O., & Nakamura, W. T. (2019). O impacto dos principais assuntos de auditoria sobre a variação nos preços das ações. Anais XIII Congresso AN-PCONT, São Paulo.
- Agência de Notícias – IBGE (2023). PIB cresce 2,9% em 2022 e fecha o ano em R\$ 9,9 trilhões |. [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36371-pib-cresce-2-9-em-2022-e-fecha-o-ano-em-r-9-9-trilhoes#:~:text=Em%202022,%20o%20PIB%20\(Produto,Agropecuária%20\(-1,7%\).&text=O%20PIB%20totalizou%20R\\$%209,2%%20ante%20o%20ano%20anterior.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36371-pib-cresce-2-9-em-2022-e-fecha-o-ano-em-r-9-9-trilhoes#:~:text=Em%202022,%20o%20PIB%20(Produto,Agropecuária%20(-1,7%).&text=O%20PIB%20totalizou%20R$%209,2%%20ante%20o%20ano%20anterior.)
- Pinto, I., & Morais, A. I. (2019). What matters in disclosures of key audit matters: evidence from Europe. *Journal of International Financial, Management & Accounting*, 30(2), 145-162. <https://doi.org/10.1111/jifm.12095>
- Roxo, G., & Bonotto, M. M. S. (2016). Análise das alterações nas normas de auditoria à luz do novo relatório de auditoria independente. *Anais do terceiro Congresso de Controladoria e Finanças da Unisinos*, São Leopoldo, RS.
- Sierra-García, L., Gambetta, N., García-Benau, M. A., & Orta-Pérez, M. (2019). Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk key audit matters: The case of the United Kingdom. *The British Accounting Review*, 51(3), 227-240. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.02.004>
- Silva, B. S., Silva, D. G., Pinheiro, L. E. T., & Francisco, J. R. S. (2020). Efeito do gênero na qualidade do serviço de auditoria. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, 8(37), 18-36.
- Silva, R. O., & Freire, M. D. M. (2018). Quais as abordagens dos principais assuntos de auditoria para empresas *Big Four* e demais firmas de auditoria no setor de consumo não cíclico da B3? *Anais do nono Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Velte, P. (2018). Does gender diversity in the audit committee influence key audit matters' readability in the audit report? UK evidence. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(5), 748-755. <https://doi.org/10.1002/csr.1491>
- Zalata, A. M., Ntim, C., Aboud, A., & Gyapong, E. (2019). Female CEOs and core earnings quality: new evidence on the ethics versus risk-aversion puzzle. *Journal of Business Ethics*, 160(2), 515-534. <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3918-y>